ANNE CRISTINA DA SILVA CUNHA

EUTANÁSIA:
UMA ABORDAGEM JURÍDICA ACERCA DE SUA
LEGALIZAÇÃO NO BRASIL

Macapá
2019

ANNE CRISTINA DA SILVA CUNHA

EUTANÁSIA:
UMA ABORDAGEM JURÍDICA ACERCA DE SUA
LEGALIZAÇÃO NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Faculdade de Macapá – FAMA como
requisito parcial para a obtenção do título de
graduado em Direito

Orientador: Gabriela Valente

ANNE CRISTINA DA SILVA CUNHA

EUTANÁSIA:

**UMA ABORDAGEM JURÍDICA ACERCA DE SUA LEGALIZAÇÃO NO
BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Faculdade de Macapá - FAMA, como
requisito parcial para a obtenção do título de
graduado em Direito.

BANCA EXAMINADORA

Prof(a). Titulação Nome do Professor(a)

Prof(a). Titulação Nome do Professor(a)

Prof(a). Titulação Nome do Professor(a)

Macapá, de junho de 2019

Dedico este trabalho à todos os que me inspiraram e contribuíram para a minha formação acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a minha mãe, Kátia Cristina, por ter sempre acreditado em mim, e que sempre me apoiou em toda a minha caminhada acadêmica, sempre me motivou e está sempre me motivando.

A minha avó, Maria Edina, por ter me inspirado na criação do artigo, e que sempre foi uma figura importante na minha vida e na minha formação educacional.

Aos meus queridos e estimados professores do ensino fundamental, ensino médio e ensino superior, que desde sempre estiveram colaborando na construção de um país melhor e pessoas melhores. Desde criança eu sempre admirei esta linda e árdua profissão, embora não seja tão valorizada como deveria, porém é a profissão mais importante para o crescimento da nossa sociedade.

Aos meus colegas de trabalho do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde do Amapá, Victor dos Santos Mendes, Aurelio de Araujo Maia, que desde o meu ingresso estão sempre contribuindo para o meu crescimento profissional a cada dia, além de se tornarem grandes amigos dentro e fora do trabalho.

A minha nobre tutora, Vanessa Zambaldi, por toda atenção e dedicação, que apesar de seu árduo trabalho, me ajudou na construção da presente monografia e contribuiu em grandes proporções para o presente feito.

E por último e mais importante, a Deus, por tudo e por todos, que sem esta força espiritual, não existiria minha história.

*Se vale a pena viver e se a morte faz parte
da vida, então, morrer também vale a pena...*

Immanuel Kant

CUNHA, Anne Cristina. **Eutanásia:** Uma Abordagem Jurídica Acerca de sua Legalização no Brasil. 2019. 30 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Faculdade de Macapá - FAMA, Macapá, 2019.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo questionar sobre a despenalização da Eutanásia no Brasil, como uma forma de flexibilizar o conflito entre direito à vida e dignidade da pessoa humana, garantias constitucionais e direitos individuais inerentes ao ser humano. Primeiramente, foi discutido a relação entre o direito à vida e a dignidade da pessoa humana e como esses dois princípios são importantes para o indivíduo, e um direito não pode ser mais importante que o outro, ou vice versa. Para tanto, primeiramente tentou-se demonstrar sua possível legalização analisando legislações estrangeiras que dispõem sobre o tema e que permitem, toleram ou legalizam sua prática. Além disso, foi também feita análises de um projeto de lei criado no ano de 1999 que tratou sobre a questão da despenalização da Eutanásia. analisar sobre o anteprojeto do Código Penal que trataria o assunto com maior flexibilidade e daria a discricionariedade ao Juiz a possibilidade de isenção de pena

Palavras-chave: EUTANÁSIA; DIREITO CONSTITUCIONAL; DIREITO PENAL; DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA; PRINCÍPIOS DIREITO À VIDA; DIREITO DE MORRER.

CUNHA, Anne Cristina. **Euthanasia**: A legal approach about its legalization in Brazil. 2019. 30 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Faculdade de Macapá - FAMA, Macapá, 2019.

ABSTRACT

The present work aims to question about the demining of euthanasia in Brazil, as a way of easing the conflict between the right to life and dignity of the human person, constitutional guarantees and individual rights inherent to the human being. Firstly, we discussed the relationship between the right to life and the dignity of the human person and how these two principles are important to the individual, and a right cannot be more important than the other, or vice versa. To this end, it was first attempted to demonstrate its possible legalization by analyzing foreign legislations that it has on the subject and that allow, tolerate or legalize its practice. In addition, it was also done analysis of a bill created in the year 1999 that dealt with the issue of the decommission of euthanasia. Examine the preliminary draft of the Penal code which would deal with the matter more flexibly and would give the judge discretion the possibility of penalty exemption

Key-words: Euthanasia; Constitutional Right; Penal Law; Dignity of Human Person; Principles of the Right to Life; Right do Die.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. EUTANÁSIA E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	12
1.1 MODALIDADES DA EUTANÁSIA.....	13
1.1.1 <i>Ortotanásia</i>	14
1.1.2 <i>Distanásia</i>	15
1.1.3 <i>Suicídio Assistido ou Morte Assistida</i>	16
1.2 PASSAGEM HISTÓRICA DA EUTANÁSIA.....	16
3. A EUTANÁSIA NO DIREITO COMPARADO	19
1.3 NA HOLANDA	19
1.4 NA BÉLGICA.....	20
1.5 NO URUGUAI.....	20
4. ANÁLISE DO PROJETO DE LEI Nº 1.989/1991 E DO ANTEPROJETO DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO.....	22
5. A IMPORTÂNCIA DE SE PERMITIR A EUTANÁSIA	25
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS.....	28

1. INTRODUÇÃO

A presente monografia irá tratar sobre o tema muito polêmico que ainda perdura em nossos dias atuais, no entanto, pouco discutido no Brasil, a Eutanásia. No primeiro capítulo, serão abordados os diversos conceitos da Eutanásia e sua passagem histórica na sociedade, como se dava sua prática desde os primórdios até os dias de hoje.

O Brasil atualmente não adota a Eutanásia, pois esta é considerada crime de homicídio, no entanto, há uma grande controvérsia entre dois princípios constitucionais, a inviolabilidade do direito à vida, e o princípio da dignidade da pessoa humana. Quando estes dois princípios frágeis se conflitam, é necessário analisar caso a caso qual direito fundamental deve prevalecer.

Um dos motivos que levou a investigação do assunto é a grande polêmica relacionada com o mesmo. Além disso, é importante salientar que a necessidade de se discutir o tema é de grande importância, não somente por ser uma questão pouco debatida, mas também por trata-se de possíveis alterações nas leis que poderão causar grande controvérsia na sociedade. E o conhecimento do tema é fundamental para que não haja interpretações errôneas e nem julgamentos equivocados em relação aos casos.

No Brasil, ainda é estritamente proibido a sua prática, sendo punível penalmente quem a pratica. Sua fundamentação legal está expressa na Constituição, na qual trata o direito à vida como um bem indisponível e inviolável. Acontece que, o tema também trata sobre a dignidade da pessoa humana, um direito também fundamental, e este caso envolve um conflito entre esses dois princípios. A pergunta a ser respondida nesta monografia é: com base nos conflitos que o presente tema proporciona, seria possível a legalização da Eutanásia no Brasil?

Primeiramente o objetivo geral é mostrar que a legalização da Eutanásia não pode ser tão ruim, até mesmo porque apesar da Constituição defender o Estado Laico, as leis brasileiras majoritariamente possuem um embasamento cristão, portanto, sendo de atitude reprovável o posicionamento favorável sobre o tema. Os demais objetivos específicos serão analisar leis estrangeiras de países que aprovam a Eutanásia, buscar argumentos autores que se posicionam favoravelmente acerca

do tema, e por fim, salientar sobre o anteprojeto que visaria legalizar a Eutanásia e o Projeto de Lei nº 1.989/91 que abordou sobre o tema.

2. EUTANÁSIA E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

A constituição brasileira não define exatamente o significado de direito à vida, tampouco dignidade da pessoa humana, deixando um conceito vago e passível de discussão. Em relação à Eutanásia, esses conceitos entram em conflito, sendo assim qual direito fundamental deveria ser tutelado? A vontade do próprio paciente ou de sua família conta para este tipo de situação?

Entende-se, a dignidade da pessoa humana como:

A qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos. (SARLET, 2002)

A dignidade da pessoa humana é conceituada como uma atribuição de natureza de cada pessoa, o que faz ser paciente de respeito e proteção tanto por parte das pessoas que a cercam como do Estado. Sendo assim, é um objetivo evitar que o ser humano não seja submetido a situações degradantes ou desumanas, bem como garantir o direito a ter acesso as condições para o mínimo existencial.

No código penal brasileiro, a Eutanásia não está expressa, mas se enquadra como homicídio privilegiado, além disso, é fator atenuante para quem pratica. Desta forma, o direito à vida, que é inerente à todos acaba se tornando não somente um direito como também uma "obrigação" de viver.

Conforme Leossir Pessini explica "É chocante e até irônico constatar situações em que a mesma sociedade que negou o pão para o ser humano viver, oferece-lhe a mais alta tecnologia para bem morrer?". A ironia de PESSINI justifica claramente a interpretação incoerente das leis sobre a vida, o Estado não dá o tratamento adequado para quem realmente precisa e este deseja viver, porém, obriga a viver quem não gostaria, sofrendo mais e mais com a doença incurável.

No que tange a Eutanásia, deve-se salientar que entra em conflito dois princípios constitucionais, a inviolabilidade do direito à vida, e a dignidade da pessoa humana. É correto afirmar que esses dois princípios estão interligados, pois se não há direito de viver dignamente, de certa forma, não há direito de viver, e com isso acaba transformando o direito nada mais que um dever, uma obrigação:

A dignidade da pessoa humana se relaciona, assim, com a possibilidade de a pessoa conduzir sua vida e realizar sua personalidade conforme sua própria consciência, desde que não viole direitos alheios, trazendo, como uma de suas vertentes, a autonomia do indivíduo, a liberdade e o poder de autodeterminação (FILHO, Francisco. 2010. p. 83).

É de extrema importância saber que a dignidade da pessoa humana também é um direito pessoal de escolha, e quando se priva um indivíduo de escolher o aquilo que é considerado bom para si, é privado seu direito de liberdade. Da mesma forma se, hipoteticamente, no direito de sucessão o testador for limitado pela legislação de escolher livremente os seus herdeiros testamentários, de alguma forma, é privado seu direito de testar.

E quando se trata de direitos individuais, é comum saber que, se de um lado existe direito, do outro existe dever, e esses deveres existem justamente com o objetivo de assegurar o direito. E quando inexistente a possibilidade de cumprimento do dever, o direito também desaparece.

1.1 MODALIDADES DA EUTANÁSIA

Eutanásia, palavra que foi usada pela primeira vez pelo filósofo inglês Francis Bacon no séc. XVII, em sua obra *História vitae et mortis*, como “tratamento mais adequado para as doenças incuráveis”. A palavra se originou do grego, que significa “boa morte” no sentido literal.

Há também uma definição jurídica sobre a Eutanásia, no ordenamento jurídico brasileiro, é tipificado como homicídio privilegiado:

Eutanásia. Ato de provocar a morte de alguém com o objetivo de eliminá-lo os sofrimentos por não haver chances de sobrevivência. O direito brasileiro não admite a eutanásia, apenando-a a título de homicídio privilegiado (CP art. 121, §1º). (PAULO, 2002, p. 130).

Com o passar do tempo, foram surgindo outras modalidades da Eutanásia, são elas a ortotanásia, distanásia e o suicídio assistido. Essas diferentes definições acerca da Eutanásia serão discutidas nos a seguir.

1.1.1 Ortotanásia

A ortotanásia, conforme conceitua Lima (2015, p.2), representa uma morte natural, e por isso, ao seu tempo. Ela tem como objetivo de suspender o tratamento médico do paciente com doença terminal que prolongariam sua vida, seguindo assim, seu curso natural até a morte do paciente.

Poderia ser considerada a ortotanásia, muitas das vezes, o cerceamento do sofrimento de um paciente, como observa Diniz:

Não se define obstinação terapêutica em termos absolutos. Um conjunto de medidas terapêuticas pode ser considerado necessário e desejável para uma determinada pessoa e excessivo e agressivo para outra. Esta fronteira entre o necessário e o excesso nem sempre é consensual, pois o que há por trás desta ambiguidade são também diferentes concepções sobre o sentido da existência humana. (DINIZ, -2003, p. 85).

Pois bem, quando se trata de existência humana, a morte é uma consequência inevitável. Porém, a manutenção da vida é um dever de todos, e ainda sim, há certos momentos em que a morte é irreversível. Ainda não é possível determinar com precisão o momento da morte, porém, é possível saber quando ela se aproxima, e quando o tratamento médico deixa de ser tratamento e passa a ser medida paliativa, a ortotanásia poderia ser uma opção.

No Estado de São Paulo, vigora a Lei nº 10.241/99, conhecida como Lei Mario Covas, foi criada com o intuito de permitir que o paciente terminal possa optar por não se sujeitar a tratamentos que ele considere como dolorosos ou extraordinários para tentar prolongar sua vida.

O político que sancionou a Lei sofria de adenocarcinoma de bexiga, doença diretamente ligada ao tabagismo. Sabendo de sua situação, resolveu promulgar a referida lei. Como já se esperava, o político tinha legislado em causa própria, mas ao fazê-lo, pôde beneficiar muitas pessoas ao disponibiliza-las a escolha de não aceitar cuidados paliativos que não só prolongariam sua vida, mas também traria sofrimento. (SCIENCE, Blog. 2006).

É notório saber que esta lei mudou completamente o rumo não somente no ponto de vista médico, como também no ponto de vista jurídico, pois com esta lei se abririam brechas para outras leis, ou jurisprudências que seriam favoráveis em

relação a estes casos, um olhar mais humanitário para quem padece nos leitos dos hospitais médicos, pedindo uma alternativa definitiva para aliviar sua dor.

1.1.2 Distanásia

A distanásia, não possui um significado absoluto, porém sua palavra em si é originada do grego “dys”, que significa “ato defeituoso, seria interpretada no sentido amplo como morte lenta, com grande sofrimento”.

Conforme explica LIMA (2015, p. 3) seria o manuseio de medicamentos e outros recursos da medicina para prolongar a vida de um enfermo, que cientificamente já deveria estar morto. Diferentemente da ortotanásia, que permite a suspensão de tratamentos e deixar que o paciente siga seu curso natural, a distanásia leva ao tratamento que muitas das vezes, torna-se desumano, degradante e desrespeitoso.

O juramento de Hipócrates ensina os profissionais da área da saúde a não abreviar a vida do paciente, sob nenhuma hipótese, e ao mesmo tempo preservar a vida do mesmo de todas as formas que lhe forem possíveis. Este juramento solene foi criado em 1968, quando ainda não existiam conhecimentos de previsão sobre se o estado de saúde do paciente iria melhorar ou não. Por conta dessas incertezas, foi criado o juramento, onde o médico jura que irá tomar todas as providências necessárias para assegurar a sobrevivência do paciente.

Contudo, com o avanço da medicina, os diagnósticos têm se tornados mais precisos na identificação de doenças e na possibilidade de tratamento das mesmas. Nos dias atuais já é possível saber até estimar o tempo de vida que o paciente terá nos casos de doença terminal. É justamente nesses casos que o juramento ensina a fornecer todos os cuidados possíveis –não somente necessários – para estender o tempo de vida do paciente.

E também é importante saber que tais cuidados também contam com o prolongamento da vida por meios artificiais, ou seja, não há mais atividade cerebral do indivíduo, porém, os meios médicos que são utilizados para manter os órgãos vitais funcionando como se estivesse vivo, o que poderia ser também uma espécie de tortura.

É de se notar que o juramento não está mais atendendo os padrões atuais da sociedade, quando se é possível estender uma vida – ainda que não viva – por meios artificiais, mesmo que isso resulte acabar com sua dignidade. Portanto, o que adiantaria sustentar a tese da indisponibilidade do direito à vida, se isto acaba sacrificando a dignidade de viver uma vida normal, ou até mesmo uma vida?

1.1.3 Suicídio Assistido ou Morte Assistida

Já o suicídio assistido ou morte assistida seria, conforme explica Roberto Goldim (2004), quando uma pessoa que não consegue realizar por conta própria a sua morte, para isso solicita o auxílio de uma outra pessoa, que normalmente são os médicos. O médico ministra uma droga, um comprimido, e entrega ao paciente e este o ingere, encerrando assim, seu ciclo de vida.

A morte assistida é um pouco distinta da Eutanásia, pois o que difere dela é justamente ação do paciente, que por si só toma o medicamento que causaria a sua morte, diferentemente da Eutanásia e suas modalidades, que em alguns casos o paciente não tem poder de escolha. A morte assistida é permitida em 5 (cinco) países, e em alguns estados dos Estados Unidos.

1.2 PASSAGEM HISTÓRICA DA EUTANÁSIA

A Eutanásia já existe desde os tempos primórdios, e ainda há grande parte do mundo que adotam esta prática. Um dos primeiros casos registrados sobre Eutanásia é contado na Bíblia Cristã, onde no Livro de Samuel, Capítulo I, versículos 9-10, onde Saul, agonizando, implora para que seja morto:

9 Então ele me disse: Peço-te, arremessa-te sobre mim, e mata-me, porque angústias me têm cercado, pois toda a minha vida está ainda em mim.

10 Arremessei-me, pois, sobre ele, e o matei, porque bem sabia eu que não viveria depois da sua queda, e tomei a coroa que tinha na cabeça, e o bracelete que trazia no braço, e os trouxe aqui a meu senhor. (ALMEIDA, 1993)

É possível analisar no trecho em que Saul estava gravemente ferido e é encontrado por um jovem. Saul implora incessantemente para que o jovem tirasse sua vida, pois este estava padecendo de grandes dores e tinha receio de que as tropas inimigas o alcançassem. O jovem assim atendeu ao pedido de Saul e o

matou, porém, logo após de contar a notícia para o Rei Davi, foi executado pelo seu servo, que repudiou tal ato do jovem.

A Eutanásia sempre acompanhou a sociedade e evoluindo juntamente com ela, com suas culturas, práticas e políticas. Era muito comum na civilização grega e celta a Eutanásia sobre os idosos e enfermos, geralmente eram mortos pelos seus próprios filhos, pois, segundo o governo, eles não eram mais economicamente úteis para a sociedade, e determinavam a morte destes por envenenamento. Além disso, ocorria também com os bebês nascidos com deformidades físicas serem mortos, pois estes não seriam considerados soldados aptos para a guerrilha. (MAGALHÃES, 2014)

A Holanda foi o primeiro país a legalizar a Eutanásia, graças a um caso polêmico que repercutiu em todo país. O caso Postma, onde uma médica foi julgada e condenada por homicídio contra sua própria mãe a pedido dela em 1973. Após o fato, diversas discussões foram surgindo em relação ao tema, a jurisprudência do país foi se tornando favorável a Eutanásia e estabelecendo critérios para a prática.

Em 2001, quando finalmente o país legalizou a Eutanásia e o Suicídio Assistido, fazendo uma modificação nos artigos 293 e 294 do seu Código Penal, como mostra GOLDIM (2003):

Os novos critérios legais estabelecem que a eutanásia só pode ser realizada: quando o paciente tiver uma doença incurável e estiver com dores insuportáveis; o paciente deve ter pedido, voluntariamente, para morrer; depois que um segundo médico tiver emitido sua opinião sobre o caso.

Vale ressaltar que a Eutanásia é extremamente controlada pelo governo, sendo assim, cada caso é enviado a uma comissão de juízes, médicos e sociólogos que deverão se manifestar contra ou a favor da situação.

Com o passar dos anos, a Austrália, por volta dos anos 90, aprovou uma lei em que possibilitava a prática da Eutanásia. Para tanto, deveria atender alguns requisitos para a concessão, como ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos, a livre e espontânea vontade do paciente, capacidade plena para requerê-la, padecer de doença incurável e diagnosticada precisamente, comprovar a inexistência de depressão, e o conhecimento do paciente sobre os possíveis tratamentos disponíveis.

No Brasil, foi formulado um projeto de lei de nº125/1996, pelo Senador Gilvan Borges (PMDB), onde esta previa a liberação da prática da Eutanásia em

alguns casos. O Projeto de Lei gerou bastante polêmica na época, e em seu dossiê, era previsto o afastamento de penalidade sobre quem praticava tal ato.

Segundo o autor, seria fundamental a aprovação do projeto, pois também auxiliaria outros pacientes mediante doação de órgãos, reduziria consideravelmente a ocupação de leitos nos hospitais, quando tratar-se de paciente em estado vegetativo, e o mais importante, o livre exercício de autonomia do paciente sobre seu próprio corpo. (BORGES, 1996)

Em seu projeto, é permitido à família do paciente enfermo em estado terminal, e que seja impossível a recuperação das funções neurocerebrais, pedir a um médico que pratique a Eutanásia:

Art. 1º - A família do doente em fase terminal, diagnosticada a total impossibilidade de recuperação das funções neurocerebrais, poderá pedir a um médico a adoção da eutanásia.

Art. 3º - Os pacientes em plena consciência, com atestado de dois médicos que têm menos de seis meses de vida e testemunho de dois não-parentes, podem requerer que lhes sejam administradas drogas para pôr fim às suas vidas.

No projeto de lei supracitado, o legislador daria o privilégio para a família ter o poder de pedir a Eutanásia sobre o paciente cuja as funções neurocerebrais tenham sido diagnosticadas irrecuperáveis. O mesmo seria de escolha própria de o paciente pedir a Eutanásia, desde que tenham sido comprovadas por 2 (dois) médicos que sua vida não duraria mais que 6 (seis) meses, além de requerer o testemunho de 2 (duas) pessoas que não sejam parentes do enfermo.

3. A EUTANÁSIA NO DIREITO COMPARADO

O assunto é bastante polêmico e envolve muitos assuntos, tais como religião, ética, moral, política, e direitos individuais. Ainda sim, existem diversos países que permitem, toleram e até legalizaram a prática da Eutanásia que, obviamente, que só é aceito o pedido sob algumas condições específicas.

Com o passar dos anos, vários países tem adotado a prática da Eutanásia como principal objetivo de amoldar o direito à sociedade e seus atuais costumes, como também para o controle da população e outros benefícios mais, além de que a questão envolve apenas o paciente e suas decisões.

1.3 NA HOLANDA

Quando se fala de Eutanásia, não se pode deixar de citar os países que a legalizaram. O primeiro país do mundo a legalizar esta prática foi a Holanda. Os debates na questão da legalização vinham ocorrendo desde 1970, graças a situações entre pacientes e médicos que começaram a criar questionamentos acerca da ética e moral.

O debate ganhou mais força com o famoso “Caso Postma” em 1973, a enfermeira que matou sua própria mãe a seu pedido, para que ela tirasse sua vida por estar passando por muito sofrimento. Ela foi julgada e condenada por homicídio, e o caso gerou repercussão no país.

Após o caso, começaram a surgir jurisprudências em relação a esses casos, até foi estabelecido critérios específicos para praticar a Eutanásia. Em 2001, o país finalmente legalizou a Eutanásia e do Suicídio Assistido. Como mostra GOLDIM (2003), os critérios estabelecidos para a concessão da Eutanásia são:

Os novos critérios legais estabelecem que a eutanásia só possa ser realizada: Quando o paciente tiver uma doença incurável e estiver com dores insuportáveis; O paciente deve ter pedido, voluntariamente, para morrer; Depois que um segundo médico tiver emitido sua opinião sobre o caso.(GOLDIM, José, 2003)

Cabe ressaltar que apesar da Holanda ter legalizado a Eutanásia, não é qualquer pessoa que possa requerer a concessão. Além disso, mesmo após sua legalização, continua sendo rigorosamente controlada pelo Estado e, caso não cumpra os requisitos especificados acima, poderão ser penalizados.

1.4 NA BÉLGICA

Foi o segundo país do mundo a legalizar a Eutanásia. Sua pauta entrou em discussão no início de 1996. A lei belga se originou através de uma diretriz emanada pelo Comitê Consultivo Nacional de Bioética do Estado, diferentemente da Holanda, que surgiu através de jurisprudências de muitos casos polêmicos, até que finalmente foi legalizada.

Conforme explica GOLDIM (2014), a lei belga surgiu através de um debate sobre o caso, e, além disso, sobre a necessidade de adequação da pauta na sociedade contemporânea. A lei foi aprovada em maio de 2002, e sua vigência se deu início em setembro de 2002.

Apesar de sua legalização, sua prática era mais restringida que a Holanda, como por exemplo, menores de 18 anos não poderiam requerê-la.

Logo após sua legalização, era estritamente proibida a Eutanásia para menores de 18 anos, além disso, a única coisa que diferenciava das leis holandesas era a garantia ao anonimato. Mas em fevereiro de 2014, a comissão parlamentar belga aprovou uma nova proposta, por 84 votos a favor e 44 contra, o país passou a permitir a Eutanásia em qualquer idade. Vale lembrar que ela é apenas permitida em pacientes terminais, com imenso sofrimento, e com consentimento dos pais ou representante legal (GOLDIM, José, 2004).

1.5 NO URUGUAI

O Uruguai é um dos países sul americanos cujas suas leis são mais flexíveis quando o assunto é Eutanásia. Em seu código penal, o juiz tem o poder de decidir aplicar ou não a pena, sobre os casos em que ocorre o “homicídio piedoso” (como é chamado popularmente). Contudo, deve o magistrado analisar caso a caso:

Artículo 37: Del homicidio piadoso: Los Jueces tiene la facultad de exonerar de castigo al sujeto de antecedentes honorables, autor de un homicidio, efectuado por móviles de piedad, mediante súplicas reiteradas de la víctima.

O juiz deverá analisar caso por caso, como proceder nessas situações. Além disso, o Uruguai não efetivamente legaliza a Eutanásia, ele apenas tolera sua

prática, o que não ocorre com o suicídio assistido, que este sim, é constituído crime, nos termos do art. 315 do Código Penal Uruguaio:

Artículo 315.: Determinación o ayuda al suicidio: El que determinare al otro al suicidio o le ayudare a cometerlo, si ocurriere la muerte, será castigado con seis meses de prisión a seis años de penitenciaría. Este máximo puede ser sobrepujado hasta el límite de doce años, cuando el delito se cometiere respecto de un menor de dieciocho años, o de un sujeto de inteligencia o de voluntad deprimidas por enfermedad mental o por el abuso del alcohol o de uso de estupefacientes

O Uruguai foi o primeiro país a tolerar sua prática, por ter expresso em seu código penal a possibilidade de permitir que o juiz deixe de aplicar a pena. O código penal uruguaio está em vigor desde 1934, e isso mostra o quanto o país é socialmente evoluído em relação a assuntos tão polêmicos como este

4. ANÁLISE DO PROJETO DE LEI Nº 1.989/1991 E DO ANTEPROJETO DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO

Em 1991, o Deputado Gilvan Borges elaborou o projeto de lei de nº 1.989, que dispunha sobre a prática da Eutanásia, em certos casos. Como era de se esperar, o projeto não seguiu em frente, mas é de importância a análise da pauta da lei que mudaria o curso do direito de morrer com dignidade no Brasil.

No projeto de lei, a família do paciente em estado terminal e de situação irreversível poderia solicitar a Eutanásia:

Art. 1º - A família do doente em fase terminal, diagnosticada a total impossibilidade de recuperação das funções neurocebrais, poderá pedir a um médico a adoção da eutanásia. (BRASIL, 1999. p. 03)

No que se refere o caput, caberia à família escolher solicitar a Eutanásia. A escolha também seria atribuída ao paciente, caso este esteja em plena capacidade para requerer, sendo submetido à uma junta médica para avaliar o caso:

Art. 3º - Pacientes em plena consciência, com atestado de dois médicos de que têm menos de seis meses de vida e testemunho de dois não parentes, podem requerer que lhes sejam administradas drogas para pôr fim às suas vidas. (BRASIL, 1991. p. 02)

O voto do relator, como era de se esperar, foi contrário, porém, perfeitamente fundamentado, pois este justificou a impossibilidade de aprovação do referido projeto com as seguintes alegações:

Quanto à Eutanásia propriamente dita, e relativamente aos seus aspectos jurídicos, nem mesmo vemos como seria possível sua admissão através de lei ordinária, à vista do taxativo direito à vida, consagrado no *caput* do art. 5 da CRFB/88, insuscetível de quaisquer interpretações de caráter restritivo seja a que título for. (LINHARES, 1992. p. 03)

Como havia dito José Linhares (1992), na sua interpretação, é que não haveria possibilidade de legalizar a Eutanásia no Brasil, tendo em vista o *caput* do art. 5 da Constituição Federal que expressa a indisponibilidade do direito à vida, mesmo estando o paciente em condições clínicas extraordinárias, além do sofrimento físico e psicológico que ele passa a sentir.

Além disso, tais condições atentam contra a dignidade da pessoa humana, uma vez que quando há garantias constitucionais individuais, seria intangível sacrificar um direito para que se tenha a garantia de outro, e vice-versa. Sendo assim, seria tão importante preservar a vida do indivíduo ainda que isto custe sua dignidade?

Relembrando o Caso Postma, em que a enfermeira matou sua própria mãe, a pedido dela, sua filha sentia e dividia tristeza com sua mãe, até que sua filha não suportou mais o sofrimento da mãe e aplicou a medicação que a mataria. Este caso demonstra o sentido de empatia do ser humano, e deveria, nesses casos, ser analisado para ter um julgamento mais humano no Brasil.

Em 2012, a comissão especial de juristas apresentou o projeto de nº 236/2012. Este projeto seria a reforma do código penal, o que incluiria todos os 356 artigos do Código Penal, que está atualmente vigorando, com adição aos outros 144 artigos novos que foram retirados de outras leis extravagantes como a Lei de Tóxicos, e a da Lavagem de Dinheiro.

A importância de se criar um novo Código Penal tem como objetivo de adaptá-lo à sociedade moderna, já que a lei atual está em vigor desde 1940 e já sua redação já foi alterada diversas vezes. Além disso, foram surgindo novos fatos que com o passar do tempo foram sendo tipificados como crime, porém, foram criadas novas leis para esses crimes.

“o atraso do Código Penal fez com que inúmeras leis esparsas fossem criadas para atender a necessidades prementes. Como consequência, tem-se o prejuízo total da sistematização e organização dos tipos penais e da proporcionalidade das penas, o que gera grande insegurança jurídica, ocasionada por interpretações desconstruídas, jurisprudências contraditórias e penas injustas – algumas vezes muito baixas para crimes graves e outras muito altas para delitos menores”. (TAQUES, 2011. p. 03)

No anteprojeto, a Eutanásia está identificada no seu artigo 122 que expressa da seguinte forma:

Art. 122. Matar, por piedade ou compaixão, paciente em estado terminal, imputável e maior, a seu pedido, para abreviar-lhe sofrimento físico insuportável em razão de doença grave: Pena – prisão, de dois a quatro anos. (BRASIL, 2014)

Aí já é possível ver um abrandamento da pena, que antes era de 6 (seis) a pena mínima, passou para 2 (dois) anos, e o máximo de 20 (vinte) anos, passou para até 4 (quatro) anos. Ademais, o legislador ainda se deu o trabalho de dar a oportunidade para que o juiz possa deixar de aplicar a pena:

“§1º O juiz deixará de aplicar a pena avaliando as circunstâncias do caso, bem como a relação de parentesco ou estreitos laços de afeição do agente com a vítima.”

A importância desse parágrafo é imensuravelmente grande, pois é aqui que será feita a paridade entre o direito à vida e o direito de morrer com dignidade. É neste trecho que está expresso que o autor não deve ser penalizado por realizar a vontade do paciente, quando este estiver em condições de decidir o que é melhor para si, e o resultado de sua escolha não deve ser causa de penalidade para quem decide realizá-la.

5. A IMPORTÂNCIA DE SE PERMITIR A EUTANÁSIA

Primeiramente, o Brasil, o direito à vida é abordado pela legislação como direito indisponível, isto é, ninguém poderá dizer que não quer mais viver ou ninguém poderá tirar a vida de outra pessoa. O direito à vida está resguardado nos artigos iniciais da Constituição, e a conduta de tirar a vida de outrem é punível e também está prevista no Código Penal Brasileiro, em seu artigo 121.

É um fato jurídico o nascimento da pessoa, como também a morte, é um acontecimento natural que gera consequências jurídicas. No entanto, quando o legislador entender que a vida precisa ser tutelada, ao ponto de o Estado intervir na escolha do próprio indivíduo, tende-se a entender que o direito a vida acaba se tornando nada mais que uma obrigação – um dever – para o mesmo.

De acordo com Joana Pires (2016), a legalização da Eutanásia deve ser vista como uma possibilidade de escolha em que a pessoa se autodetermina sobre si mesma. O grande problema do Estado está na regulação desta escolha, que no ponto de vista constitucional, deveria ser apenas e somente do próprio indivíduo, não devendo o mesmo interferir em tal decisão.

O objetivo real na questão da permissão da Eutanásia, por vezes, é confundido com “legalização do homicídio”. Ocorre que não é bem assim, o objetivo da permissão é justamente analisar o lado do doente, que na maioria das vezes se encontra em profundo sofrimento e angústia.

É um fato que a vida tem um fim, e como isso é inevitável, no direito de viver também deveria existir o direito de se escolher a forma, o lugar e quando morrer, quando se é doente terminal, conforme explica PESSINI apud BARCHIFONTAINE:

“Temos que aceitar que a vida tem um fim. Não existe cura para a morte”, diz. Por mais incríveis que sejam os avanços da medicina, por mais futuristas que sejam as luzinhas e os bip-bips das UTIs, a morte, como reza o ditado, chega para todos”. (PESSINI apud BARCHIFONTAINE. 2000)

É importante analisar, não somente no ponto de vista jurídico, como também no ponto de vista econômico, nas muitas das vezes os cuidados paliativos do paciente terminal acabam se tornando custosos e caros não só para o Estado, como também para a sua família.

No Projeto de Lei do Senador Gilvan Borges, ele justifica argumentando os seguintes aspectos:

Há até mesmo especialistas em prolongar essa sobrevivência meramente vegetativa, quando a coma já destruir as funções cerebrais, com enormes gastos para a família, a ocupação prolongada de leitos hospitalares, acrescidos os sofrimentos dos parentes do enfermo terminal. (BORGES, 1999. p. 03)

No texto acima é mostrado as desvantagens de manter um paciente em estado terminal em leitos hospitalares, e quanto mais o tempo passa, é sinônimo de mais gastos, mais sofrimento não somente para o paciente, como também para seus familiares, além de ocupar um leito que poderia ter salvo efetivamente a vida de outra pessoa.

Também é fundamental saber analisar ambos os lados, tanto do Estado como do paciente, pois seus direitos individuais e defesa do Estado de Direito estão em jogo, e nesses casos, como ocorre apenas por decisão exclusiva do paciente e que esta escolha só afetará tão somente a si mesmo, desta forma, o Estado não deveria impedir ou proibir.

Uma questão que é muito importante discutir também é sobre o Estado Laico, pois as leis brasileiras derivam do direito canônico, ou seja, foram inspiradas nos grandes líderes religiosos, como os “10 Mandamentos”. Assim, sendo a maior parte da população cristã ou católica, há uma grande oposição na questão da Eutanásia. Ademais, deixar um paciente terminal morrer é digno, pois o médico não força uma morte artificial, não apressa, mas também não prolonga a vida do paciente (DELMANTO, 2010).

Analisando o anteprojeto do código penal, na medida em que o legislador permite ao juiz que possa deixar de aplicar a pena sobre o agente, ele reconhece que deve haver igualdade entre o direito de viver e o direito de morrer dignamente e que ambos os direitos são de livre escolha do paciente, como também nenhuma garantia constitucional deva prevalecer sobre a outra.

E mais, não se trata de homicídio legalizado, mas sim de um direito que deve ser visto como uma possível escolha do indivíduo exercer sua própria autonomia. Além disso, é uma maneira de se estender a interpretação das leis de um sentido menos positivo para o sentido mais humanista, que também é um fator relevante para aplicação da lei.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme foi apresentado na monografia, a Eutanásia no Brasil ainda é considerado um tabu, embora seja pouco discutida nas casas do Congresso Nacional, é um assunto que diverge pensamentos e envolve muitas questões políticas, religiosas, morais e éticas.

Acontece que, no Direito Brasileiro, mais precisamente no artigo 5º da Constituição Federal, os princípios fundamentais do ser humano englobam o direito à vida, à dignidade da pessoa humana, e teoricamente deveria haver uma harmonia entre estes direitos individuais tão frágeis. Ocorre que, no caso da Eutanásia, há um exercício de um direito que também é uma garantia – ou deveria ser – constitucional, que é a autonomia da pessoa, que está também englobada no princípio da dignidade da pessoa humana.

Como na maioria dos casos que envolve a Eutanásia, para que prevaleça um direito, é necessário que o outro seja sacrificado. Contudo, é nesse ponto em que deveria haver uma escolha única e exclusivamente do indivíduo, pois nesses casos há uma grande interferência do Estado no que tange ao direito à vida, pois o que a constituição expressa é que a vida é um bem inviolável e deve ser preservado a qualquer custo, ainda que isto resulte na perda do direito de viver dignamente.

Com a vinda do anteprojeto do novo código penal, a Eutanásia poderá ser legalizada, bem como a possibilidade de isenção de pena àqueles que cometerem tal ato, ainda não se é discutido sobre sua possível legalização. Não se trata de legalização do homicídio, tampouco sua impunidade, o que está em jogo é a autonomia do indivíduo, e sua possibilidade de escolha sobre o que é melhor para si.

Portando, pode-se concluir que o Brasil, mais especificamente, sua legislação, ainda não evoluiu, ao ponto de considerar que as decisões de um indivíduo – desde sua escolha não afete os direitos de outros – ainda não são respeitadas, além do mais, por se tratar de um país que é predominantemente cristão, ainda conservam pensamentos retrógrados a respeito da vida humana, e por isso, ainda levará muito tempo para que a sociedade brasileira evolua, ao ponto de que suas questões religiosas não interfiram na construção de uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

SIMONS, Amanda. **A Vida é Um Direito, Não Um Dever**. Disponível em: <http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_33920/artigo_sobre_a-vida-e-um-direito--nao-um-dever->. Acesso em 10 jan 2019.

PIRES, Joana. **Eutanásia, a Escolha Que Não é Escolha**. Disponível em: <<https://www.esquerda.net/opinioao/eutanasia-escolha-que-nao-e-escolha/41306>>. Acesso em 10 jan 2019.

FILHO, Fernando Guerra. **Eutanásia: Direito à “Boa” Morte e Despenalização da Piedade Médico-Homicida Consentida**. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2342/Eutanasia-Direito-a-boa-morte-e-despenalizacao-da-piedade-medico-homicida-consentida>>. Acesso em 12 jan 2019.

BURGIERMAN, Denis Russo. **O Direito de Morrer**. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/ciencia/o-direito-de-morrer/>>. Acesso em 12 jan 2019.

CONSTANZI, Thomas. **Eutanásia: Direito de Escolha do Paciente**. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/68404984-Eutanasia-direito-de-escolha-do-paciente.html>>. Acesso em: 13 jan 2019.

CÁSSIA, Anna de; CAVANCANTI, Luiz; ALVES, Marina. **Eutanásia e o Direito de Morrer**. Disponível em: <<https://psicologiaeticaedh.blogspot.com/2015/08/eutanasia-e-o-direito-de-morrer.html>>. Acesso em: 13 jan 2019.

FREITAS, Sousa. **O Direito de Morrer Dignamente**. Disponível em: <https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=15051>. Acesso em: 13 jan 2019.

SILVA, Duarte. **A Eutanásia a Luz do Projeto de Lei do Código Penal**. Disponível em: <https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=8262>. Acesso em: 15 jan 2019

MENDES, Filipe. **A Tipificação da Eutanásia no Projeto de Lei nº 236/2012 do Senado Federal**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/23253/a-tipificacao-da-eutanasia-no-projeto-de-lei-n-236-12-do-senado-federal-novo-codigo-penal>>. Acesso em 15 jan 2019.

PEREIRA, Jeferson. **Inovações do Projeto de Lei nº 236/2012 Para o Novo Código Penal Brasileiro**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/48343/inovacoes-do-projeto-de-lei-n-236-2012-para-o-novo-codigo-penal-brasileiro>>. Acesso em 15 jan 2019.

GOLDIM, José. **Bioética: Índice Geral de Textos, Resumos, Definições, Normas e Casos**. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/bioetica/textos.htm#eutanasia>>. Acesso em 16 jan 2019

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 2 ed, revista e ampliada. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2002.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 1.989**, de 09 de outubro de 1991. Dispõe sobre a prática da eutanásia, nas circunstâncias que especifica. Brasília, 1991. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=198488>>. Acesso 16 jan 2019.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 236**, de 09 de setembro de 2012. Reforma do código penal brasileiro. Brasília, 2012. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/106404>>. Acesso em 17 jan 2019.

FILHO, Francisco Seraphico. **Eutanásia e Dignidade da Pessoa Humana: Uma Abordagem Jurídico-Penal**. 2010, 119f. Dissertação de Mestrado – UFPB, Paraíba, 2010.